

§1. Ao constátuir-se como movimento de intervenção cívica, o Movimento para o Aprofundamento da Democracia acolheu como seus princípios fundamentais: o enraizamento na realidade portuguesa, a qualidade ética da prática colectiva, o sentido do rigor e da inovação dos projectos e a determinação comum em contribuir para criar um país novo.

É em concordância com esse propósito que hoje nos debruçamos sobre alguns aspectos da actual crise da economia nacional.

Face à resignação e ao desalento que se vão instalando na consciência colectiva, entendemos ser nosso dever procurar contribuir para uma maior corresponsabilização democrática na procura das alternativas necessárias e viáveis de que o país carece.

§2. A crise em que vivemos tem hoje dimensões mundiais. Os seus pontos fulcrais encontram-se na estagnação e na ineficácia dos esforços que nos últimos anos têm sido feitos para o estabelecimento de uma ~~Nova Ordem Económica Internacional~~ bem como na incapacidade prática das instâncias inter-governamentais funcionarem como mecanismos reguladores dos conflitos entre nações.

A crise económica e financeira em que Portugal está mergulhado, se tem causas que lhe são próprias, participa em larga escala desta crise internacional. Dize-lo é afirmar que não há soluções milagrosas e que novos caminhos têm de ser encetados. Há que procurar a viabilidade de um novo modelo de desenvolvimento que aponte para a satisfação das necessidades básicas e para a diversificação da nossa interdependência externa. Tal modelo tem de ser construído progressivamente, já que não existem hoje modelos acabados que permitam a plena realização dos grandes objectivos de liberdade, justiça e solidariedade que nos animam. É urgente assim a mobilização das vontades como meio para o máximo aproveitamento das forças e dos recursos nacionais (humanos, naturais e técnicos).



§3. A situação que o país está vivendo é uma realidade complexa e grave, de que são conhecidos os indicadores mais evidentes: o aumento do custo de vida, o <sup>desequilíbrio</sup> endividamento externo, o deficit financeiro do Estado.

Para <sup>enfrentar</sup> vencer esta situação, o governo vem adoptando ~~no quadro do seu Programa de Gestão Conjuntural de Emergência~~ um conjunto de medidas que se inscrevem no figurino hoje largamente seguido por países com problemas afins: contenção dos salários, redução das despesas públicas, aumento das taxas de juro, aumento dos impostos, desvalorização da moeda.

<sup>É possível</sup> É suposto, e de certo modo irrecusável, que, num quadro geral de desenvolvimento económico e de bem-estar social ~~de toda a população~~, tais medidas <sup>podem ainda traduzir-se numa melhoria de situação</sup> ~~podem ainda traduzir-se numa melhoria de situação~~. Tal não acontece, porém, em países como o nosso, onde a satisfação das necessidades básicas da população se encontra ainda abaixo de níveis aceitáveis para uma vida digna e livre. Nesses casos, o reflexo das medidas curativas utilizadas vai precisamente no sentido de agravar os efeitos que mais directamente atingem a população: reduz-se o poder de compra e aumenta-se o desemprego.

Dir-se-ia que a terapêutica visa a cura do paciente que seria o país, ente abstracto, à custa do agravamento dos males que atingem os cidadãos que dão consistência e corpo a esse mesmo país.





84.

*de tais premissas*  
~~É certo que, apesar deste aspecto paradoxal, os efeitos negativos de uma gestão de emergência, têm um carácter quase inevitável na lógica das premissas económicas e políticas vigentes.~~ *este carácter paradoxal parece inevitável, mas mesmo sem entrar na discussão*  
Importa, no entanto, afirmar claramente que o recurso a políticas que implicam tão elevados custos humanos e sociais impõe exigências graves ao modo de as ~~manusear~~ *utilizar*.

84.

~~Assim, a primeira e mais elementar questão que se levanta e que deve ter resposta é esta: as medidas de estabilização e os sacrifícios que acarretam concorrem para eliminar as causas da crise ou apenas actuam sobre os efeitos?~~ *e'a do 24*

A resposta vem-nos do próprio governo que declara que o Programa de Gestão Conjuntural de Emergência "não traz em si, certamente, a cura para os males profundos da economia portuguesa", sendo apenas "um primeiro passo indispensável (...) uma condição de partida essencial para que o governo possa realizar o objectivo principal da sua acção: reestruturar e modernizar o aparelho produtivo, isto é, descer à raiz das dificuldades, para criar as condições de progresso a que o povo português justamente aspira".

O governo afirma, pois, que a política de estabilização não atinge as causas do mal e se limita a gerir os efeitos.

O país corre o risco de, no termo deste programa, se encontrar em situação idêntica à inicial no que respeita às raízes do mal. Voltaríamos, então, a saber que a austeridade tem de continuar, ou que um novo ciclo se tem de iniciar semelhante ao actual, porventura mais complexo e mais exigente.

Daqui decorre necessariamente uma segunda questão: para quando o ataque às causas?

Na expressão governamental remete-se para um horizonte longínquo esta resposta: quando tiver sido dado o "primeiro passo indispensável", preenchida essa "condição de partida essencial" - ou seja, quando estiverem mantidos sob controle os efeitos nevrálgicos. O mesmo é dizer que a política de estabilização não se enquadra em qualquer estratégia para vencer as crises profundas da crise e abrir novas perspectivas de progresso.



ção perspectivado no tempo  
em função de 1 horizonte claro  
e bem definido.

~~Assim, é o~~ povo português <sup>estava</sup> chamado a suportar sacrifícios,  
em muitos casos pesados, sem que lhe seja dado conhecer o  
perfil do futuro que os justifica.

Desconhece-se o sentido em que se pretende "reestruturar e  
modernizar ~~o aparelho produtivo~~"; ignora-se de que tipo é  
o "desenvolvimento ~~económico~~", em nome do qual "se justifi-  
cam ~~os~~ sacrifícios que a situação efectivamente exige";  
deixa-se sem resposta a questão fundamental de saber se os  
sacrifícios que cada um suporta hoje têm alguma proporção  
com os benefícios que virá a colher amanhã.

Ora, não é indiferente para o povo português o modelo de  
desenvolvimento que ~~virá orientar, desde já, a política~~ de  
médio e de longo prazo: a importância que atribuirá à sa-  
tisfação das necessidades básicas da generalidade da popu-  
lação; as formas de participação que promoverá, quer na  
formulação da política quer na sua execução; a relevância  
que dará ao objectivo de reduzir as desigualdades e promover  
a justiça social; a medida em que respeitará a dignidade do  
trabalho e os direitos dos trabalhadores; o esforço que porá  
na defesa da liberdade do país, face a dependências externas,  
económicas ou outras.

Só a apresentação clara e inequívoca das grandes linhas de  
orientação que presidem às opções para o médio e longo prazo  
poderá traduzir-se, na comunidade nacional, em esperança  
para os espíritos e em mobilização para as vontades.

